



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2014 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0134/2014 REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2014

O MUNICÍPIO DE MUZAMBINHO, MG, por intermédio da PREFEITURA DE MUZAMBINHO, MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Sob o n.º 18.668.624/0001-47, neste ato representado pela Pregoeira e da equipe de apoio designadas pela Portaria n.º. 068 de 02 de Janeiro de 2014, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma do disposto na Lei n.º. 10.520 de 2002, nos e Decretos Municipais n.º. 1389/2002 e 1747/ 2011, no que couber na forma do disposto na Lei Complementar n.º. 123/ 2006, subsidiariamente nas normas da Lei no 8.666, de 1993 e alterações posteriores e nas demais condições previstas neste Edital e seus Anexos, realizará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL 007/2014 PARA REGISTRO DE PREÇOS 001/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00134/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM** de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

DATA DE ABERTURA 26/03/2014

HORÁRIO: Fase 01 - Das 09:00h às 09:30h - Início do credenciamento com a entrega dos envelopes.

Fase 02 – Das 09:30h às 10:00h - Abertura das propostas de preços para análise.

Fase 03 – 10:00h dos lances Verbais Logo após serão abertos os envelopes da documentação dos proponentes vencedores.

LOCAL: Prédio da Prefeitura de Muzambinho-MG, Sala de Licitações, Rua Fausto Martimiano,25 - Muzambinho/MG.

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pela pregoeira, a ser realizada de acordo com a data, horário e legislação mencionada no preâmbulo deste Edital. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Pregão Presencial o registro de preço para a futura e eventual contratação de empresa para a fornecimento de EPIS destinados a suprir as necessidades das diversas Secretarias das Prefeitura, conforme quantidades, especificações e condições gerais do fornecimento contidas no Edital e seus anexos.

2 - DA ÁREA SOLICITANTE

2.1 Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Cultura , Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2 Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontre sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido unidos com suspensão ou declarados inidôneos do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 Só poderá deliberar em nome do proponente, formulando ofertas/lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, o representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório junto a Pregoeira, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

4.2 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente juntamente com cópia da Carteira de Identidade e cópia do contrato do Social. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, na qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura juntamente com a cópia da Carteira de Identidade. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados em seu original ou cópia autenticada

4.3 Declaração assinada por quem de direito, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital.

4.4 Para usufruírem dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as Micro Empresas e EPP deverão apresentar na fase de credenciamento a respectiva Declaração da opção conforme ANEXO V.

4.5 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 1) E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

5.1 Os interessados, no dia, hora e local fixados no preâmbulo deste Edital, para a realização desta licitação, deverão entregar os seus envelopes contendo a Proposta de Preços (Envelope nº. 01) e os Documentos de Habilitação (Envelope nº. 02) devidamente fechados, lacrados e rubricados no seu fecho, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO-MG
SETOR DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0134/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014
REGISTRO DE PREÇO nº 001/2014
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ Nº

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO-MG
SETOR DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PRC 0134/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014
REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2014
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ Nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

5.1.1 - A Pregoeira não se responsabilizará pelos envelopes contendo documentação propostas encaminhados através de sedex (correio), casos estes se extraviem, cheguem danificados ou ainda não cheguem na hora e data marcadas.

5.2 ATENÇÃO! Juntamente com os envelopes 01 e 02 deverá ser entregue a Declaração, assinada por quem de direito, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 1

6.1 A proposta de preços deverá ser apresentada datilografada ou eletronicamente, em papel timbrado da licitante, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, em língua portuguesa, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente.

A proposta deve conter:

- 1) Dados da licitante: Razão social, endereço completo, telefone, fax, endereço eletrônico/e-mail (este último se houver), dados bancários (nome e número de banco, agência e conta-corrente), número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, Inscrição Estadual/Municipal.
- 2) Declarar prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias.
- 3) Constar preço unitário e total, em moeda corrente nacional (R\$), com a especificação completa do objeto licitado, com todos os componentes de custos e despesas incidentes sobre o fornecimento.
- 4) Em caso de divergência entre os preços unitários e totais, serão considerados válidos os valores unitários, e, entre os expressos em algarismo e por extenso, serão considerados válidos os por extenso.
- 5) Declaração expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, encargos sociais, seguros, fretes, serviços de montagem dos materiais e dos materiais.
- 6) Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos da proposta ou considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o material a ser fornecido sem ônus adicionais.
- 7) A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 8) Os materiais cotados deverão ser de 1ª linha, embalados em embalagem própria rotulada. Não serão aceitos produtos em desacordo com essas condições;
- 09) Os produtos que serão entregues, deverão ter “etiqueta de identificação”, constando no mínimo a Razão Social da empresa licitante, validade do produto, telefone/fax afixada na embalagem dos mesmos.
- 10) Havendo dúvida quanto à originalidade e procedência dos produtos, os mesmos poderão, a critério da administração, ser encaminhados para análise técnica do fabricante, cujas despesas correrão por conta do licitante.
- 11) Não serão aceitos, sob quaisquer pretextos, materiais que não atendam aos requisitos pré-estabelecidos. Assim as empresas que cotarem deverão estar cientes das especificações de seus produtos.
- 12) A administração, a seu critério, poderá enviar amostras a órgãos técnicos competentes, para análise técnica, objetivando atestar a qualidade do material.
- 13) Caso o laudo técnico seja divergente das especificações, os materiais serão recusado, devendo o fornecedor providenciar a troca em até 05 (cinco) dias úteis da comunicação da recusa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

14) Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não atenderem às exigências contidas neste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, que ofertarem preços superiores ao estimado pela Administração ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que o custo do material é coerente com os de mercado.

15) Se a Pregoeira entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que o licitante demonstre a ixequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos.

16) Não havendo a comprovação da ixequibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais.

17) Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pela Equipe de Apoio e constará na ata.

18) Serão consideradas as ofertas até a segunda casa decimal após a vírgula, desconsideradas as que não se enquadrarem nesta limitação.

19) Para efeito de verificação da necessária compatibilidade entre as especificações exigidas neste termo e os materiais ofertados pelos licitantes que apresentarem a melhor proposta a Pregoeira se julgar conveniente, poderá solicitar assessoramento técnico junto ao responsável pelo órgão solicitante.

6.2 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

6.3 No julgamento da habilitação e das propostas, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7. DO PROCESSAMENTO

7.1 A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços das licitantes e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por uma Pregoeira e realizada de acordo com o Decreto nº 1747/2011, com a Lei 10.520/2002, e em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local, data e horário já estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

7.2 No local e hora marcados, antes do início da sessão, os representantes dos Licitantes presentes deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos da Lei 10.520 artigo 4º inciso VI, para a prática dos demais atos do certame.

7.3 Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes.

7.4 Serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS (nº 1), sendo feita a sua conferência e posterior rubrica da Pregoeira em todas as folhas e demais documentos que a integram, e posterior rubrica dos presentes, onde, somente as propostas classificadas seguirão para etapa de lances.

7.5 Para fins de julgamento das propostas, a Pregoeira levará em conta o critério de menor preço, considerados os valores unitários e totais, nos termos do inciso X, do artigo 4º. da Lei 10.520 de 2002.

7.5.1 Será considerado como primeiro classificado, para início dos lances no pregão, o licitante que apresentar o menor preço. Também serão classificados aqueles que apresentarem propostas com diferença de preços de até 10% (dez por cento) a maior, em relação à proposta classificada na primeira colocação.

7.5.1.1 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, serão classificadas as melhores propostas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

subseqüentes, até o máximo de 3 (três), incluso o primeiro classificado, de acordo com o inciso VII, do artigo 11, do Decreto nº 3.555/2000.

7.5.1.2 Em seguida, às licitantes proclamadas classificadas, conforme subitem 7.5.1 ou 7.5.1.1, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos em valores distintos e decrescentes, em relação ao menor preço. 7.5.1.3 A Pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.5.2 Serão consideradas as ofertas até a segunda casa decimal após a vírgula, desconsideradas as que não se enquadrarem nesta limitação.

7.6 Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

7.7 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente, às penalidades constantes deste edital.

7.8 O Licitante que se abster de apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, ficará excluído dessa etapa e terá mantido o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

7.9 Caso não se realizem lances verbais serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

7.10 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item, apurado nos termos do anexo I, que faz parte integrante deste, a Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

7.11 A desclassificação da proposta do Licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

7.12 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado, com base nos dados cadastrais, no ato da abertura do certame, onde toda a documentação deverá estar em validade, conforme documentação apresentada na própria sessão.

7.13 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital, pela Pregoeira.

7.14 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências editalícias, a Pregoeira examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos.

7.15 No caso de desclassificação de todas as propostas, a Pregoeira convocará as licitantes para, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas, escoimadas das causas de sua desclassificação conf. Art.48 parágrafo 3º da Lei 8666/93.

7.16 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá, obrigatoriamente, ser assinada pela Pregoeira, membros da equipe de apoio e os licitantes presentes.

7.17 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

7.18 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica prevalecerão as da proposta.

7.19 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

7.20 No caso de empate entre duas ou mais propostas, e, não havendo lances, o desempate se fará por sorteio;

7.21 Os invólucros não abertos, já rubricados no fecho, obrigatoriamente, pela Pregoeira e pelos representantes legais das Licitantes presentes, ficarão em poder da Pregoeira e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

7.22 Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pela Pregoeira e pela equipe de apoio e, pelos representantes legais das Licitantes presentes a sessão deste Pregão.

7.23 Ultrapassada a fase de análise das propostas e abertos o invólucro "Documentação", não caberá desclassificar qualquer Licitante por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.

7.24 A Pregoeira poderá negociar diretamente com o Licitante para ser obtido melhor preço nas situações previstas nos incisos XI e XVI, do art. 4º da Lei 10.520, de 2002.

7.25 Em atendimento ao disposto na Lei Complementar no 123/2006, após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.25.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, após a convocação da Pregoeira, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

7.25.2 Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 7.5.1 na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.25.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem no limite estabelecido no subitem 7.24, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.26 - Serão Exigidas as AMOSTRAS de todos os itens licitados, as quais serão analisadas por um membro da equipe de apoio ou um funcionário designado pela Prefeitura de Muzambinho após encerrada a fase de abertura e julgamento das propostas e anterior a fase de lances verbais, podendo ainda a administração, a seu critério, enviar amostras a órgãos técnicos competentes, para análise técnica, objetivando atestar a qualidade do material.

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 2

8.1 Para habilitar-se a esta licitação, o Licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1 - Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ); com CNAE compatível com o objeto licitado;

8.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária, sendo que, no caso de sociedade por ações, o mesmo deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

8.1.3 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.4 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada do documento comprobatório da Diretoria em exercício.

REGULARIDADE FISCAL

8.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, comprovada mediante Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Decreto nº 6.106/07).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

8.1.6 - Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através do Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal.

8.1.7 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), comprovada de acordo com o disposto no Decreto nº 6.106/07.

8.1.8 - Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede da licitante.

8.1.9 - CNDT - Regularidade Fiscal e Trabalhista. (Lei 12.440 de 07/07/2011)

8.2 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.2.1 Certidão Negativa válida referente à Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante com validade de 60 dias da data de emissão da mesma.

8.2.2 Balanço patrimonial, na forma do inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/93.

8.2.2.1 Cópia autenticada das páginas do Livro Diário, nas quais constem o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível acompanhado dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrado no órgão competente. **Lembramos que as vias destes documentos deverão conter assinatura e carimbo do Contador e do Representante Legal da empresa;**

8.2.2.2 As empresas que utilizam a escrituração contábil digital deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED), e Recibo de entrega de livro digital junto a Receita Federal;

8.2.3 As empresas recém constituídas, cujo balanço ainda não seja exigível, deverão apresentar Balanço de Abertura, contendo carimbo e assinatura do representante legal da empresa e do contador;

8.2.4 As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte poderão apresentar em substituição ao Balanço Patrimonial a declaração de imposto de renda da pessoa jurídica do último exercício.

8.2.5 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.3- Em se tratando de ME ou EPP e havendo alguma restrição ***na comprovação da regularidade fiscal***, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.4- A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

8.5- Excetuando-se os documentos emitidos pela internet, todos os demais deverão estar acompanhados do original, autenticados por cartório competente ou publicados em órgão da Imprensa Oficial. Os documentos emitidos pela internet serão as certidões emitidas pelos órgãos da Administração Fiscal Tributária, conforme art. 35, inciso I, da Lei nº 10.520/02. No caso do documento apresentar frente e verso, a autenticação deverá ser feita nos dois lados.

8.6- Para fins de habilitação, a licitante vencedora deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

a) Declaração, assinada por quem de direito, de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação no presente certame licitatório e de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital.

8.7- No dia da abertura dos envelopes, a documentação referente a regularidade fiscal (Certidões Negativas) deverá estar no prazo de validade.

8.8- *As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior, salvo o disposto no item 8.3*

8.9 - *Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia (exceto por fac-símile), publicação em órgão da imprensa oficial, desde que acompanhada do original para conferência e autenticação pelo Setor de Licitação ou pela Pregoeira ou a quem a mesma designar da Equipe de Apoio.*

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

9.2 Caberá a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.4 As impugnações e/ou esclarecimentos deverão ser manifestados por escrito, dirigidos a Pregoeira, protocolado o original no Setor de Licitação, na Prefeitura de Muzambinho-MG, no horário de 08h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, devendo ser juntado o instrumento de procuração ou Contrato Social, em original ou fotocópia autenticada, aptos a demonstrarem que o signatário das peças detém poderes para representar a licitante.

10. DOS RECURSOS

10.1 Declarado o vencedor, qualquer Licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, e será adjudicado, pela Pregoeira, o objeto ao licitante vencedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

10.3 Os recursos e impugnações ajuizados contra a decisão da Pregoeira, não terão efeito suspensivo.

10.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5 A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

10.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura de Muzambinho - MG, no horário de 08h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

10.7 Os recursos deverão ser protocolados por escrito, dirigidos a Pregoeira, protocolado o original no Setor de protocolo na Prefeitura de Muzambinho - MG, nos horários de 08 às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O licitante que causar o retardamento do andamento do certame, não mantiver a proposta, cometer fraude fiscal, desistir do lance ofertado, fraudar de qualquer forma o procedimento desta licitação, apresentar documento ou declaração falsa ou o vencedor que não cumprir as exigências estipuladas neste Edital, terá suspenso o direito de licitar e de contratar com a Prefeitura; pelo prazo de até 05 (cinco) anos, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa.

11.2 As penalidades mediante procedimento administrativo e, no caso de suspensão de direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo de multa pela inadimplência prevista nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 que será de 5% do valor empenhado, sendo o valor da multa acrescido conforme subitem 10.4 pela inexecução total ou parcial do fornecimento, poderá a Administração da Prefeitura aplicar as sanções previstas no artigo 87 da mesma Lei, garantida a prévia defesa ao contratado.

11.3 Aplicar-se-á multa de 10% (dez por cento) do valor total da obrigação, pela não aceitação da nota de empenho, dentro do prazo de validade da proposta, assim como pelo não fornecimento dos materiais.

11.4 Após o 30º (trigésimo) dia de atraso no descumprimento das obrigações, aplicar-se-á multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais penalidades.

11.5 As penalidades descritas acima, nas situações e momentos para as quais foram estabelecidas, podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, a critério da Administração, após análise das circunstâncias que ensejaram sua aplicação.

11.6 As importâncias decorrentes das multas não recolhidas nos prazos determinados nas notificações serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

11.7 A imposição das penalidades previstas neste Edital não exime o Licitante Vencedor do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos causados a Administração.

12 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1. Homologada a licitação, respeitadas a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, o MUNICÍPIO convocará os interessados para, no prazo de cinco dias úteis contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços.

12.2. Poderá, a proposta do LICITANTE, ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver o MUNICÍPIO conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou Econômico - financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação dos licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

12.3. Se o adjudicatário não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação pelo MUNICÍPIO, caducará o seu direito à contratação.

12.4. Após a publicação da Ata do Registro de Preços do MUNICÍPIO na imprensa oficial, poderá ser emitida Autorização de fornecimento dentro do prazo de validade do registro.

12.5. A Ata de Registro de Preços não obriga o MUNICÍPIO a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, e m igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

12.5.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o MUNICÍPIO optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

12.6. O MUNICÍPIO avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente os preços registrados.

12.7. A Ata poderá sofrer alterações quantitativas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

12.8. Da Ata constarão, também, as obrigações do MUNICÍPIO e dos Fornecedores.

13 - DA VIGÊNCIA DA ATA

13.1. A vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

14. DO CONTRATO

14.1 Após assinatura da ata de registro de preços, a(s) empresa (s) será(ão) convocada (s) para firmar contrato ou retirar instrumento equivalente.

14.2 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato/documento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, ou retirá-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato/documento equivalente.

14.3 – O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato ou documento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação para tal, através de FAX ou correio eletrônico.

14.4 Fica desde já estabelecido que o licitante vencedor esteja obrigado a cumprir fielmente todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, pois o descumprimento total da obrigação assumida sujeitará as penalidades previstas neste Edital.

14.6 O prazo de vigência da ata será de até 12 meses a partir da data de assinatura, o contrato dela resultante terá sua vigência até 31/12/2014.

14.4 O prazo para assinatura do contrato, ou documento equivalente, por parte do licitante vencedor, será de até 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação feita pela Administração, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14.5 A recusa injustificada, por parte do licitante vencedor, em assinar o termo de contrato ou Nota de empenho, dentro do prazo acima estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se o faltoso às sanções estabelecidas neste edital, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei aplicável à espécie.

14.6 Caso a licitante vencedora se recuse a assinar o contrato ou documento equivalente, será convocado outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

14.7 Na assinatura do contrato ou documento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação, especificamente no que tange ao FGTS e INSS, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.8 O conteúdo do presente edital, dos anexos e especificações que o acompanham, bem como o da proposta da licitante vencedora, fará parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

15. DOS PREÇOS

15.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 A adjudicação do objeto do presente certame será realizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso e a homologação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor ou, quando houver recursos, após o devido julgamento.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

17.1 A despesa com a presente licitação correrá a conta das Dotações consignadas na proposta orçamentária do exercício de 2014:

18- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 O Fornecimento do objeto licitado será acompanhado e fiscalizado pelo responsável do órgão solicitante.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1 Fiscalizar o fornecimento dos materiais objeto deste Certame.

19.2 Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a CONTRATADA.

19.3 Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

19.4 Aplicar à CONTRATADA, penalidades, quando for o caso.

19.5 Rejeitar, no todo ou em parte os materiais que a CONTRATADA entregar fora das especificações do Edital e seus anexos.

19.6 Preparar o local para recebimento dos materiais.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 Proceder à entrega dos materiais, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência.

20.2 Entregar os materiais e os adquiridos sempre com data de validade dos mesmos, quando for o caso.

20.3 Responder por todos os ônus referentes à entrega dos materiais.

20.4 Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus materiais durante o transporte e substituí-los.

20.5 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-e, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento das obrigações assumidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

20.6 Fornecer os materiais nas quantidades autorizadas e nas especificações contidas neste Termo.

20.7 Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o material vendido.

20.8 Manter, durante o fornecimento do objeto licitado, as mesmas condições de habilitação.

20.9 Comunicar à Prefeitura, por escrito, no prazo de até 10(dez) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo do fornecimento, bem como apresentar documentos comprobatórios.

20.10 Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do responsável pelo órgão requisitante, encarregado de acompanhar o fornecimento dos materiais, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 E facultada a Pregoeira ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.2 Fica assegurado a Pregoeira ou autoridade superior, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente Licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

21.3 Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

21.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

21.5 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

21.6 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na legislação pertinente.

21.7 A Prefeitura de Muzambinho reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.

21.8 A Pregoeira dirimirá as dúvidas que possam surgir em decorrência da interpretação deste Edital, desde que argüidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o início da Sessão de julgamento, no endereço: Praça Pedro de Alcântara Magalhães, 253, departamento de Licitações, Muzambinho/MG, ou pelo telefone (0xx35) 3571-1188, no horário de 09:00 às 16 horas. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela pregoeira, de acordo com o que reza a Lei 10.520/2002, o Decreto nº 1483/2005 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações.

21.9 É competente o foro do Município de Muzambinho para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

21.10 São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Declaração de fatos impeditivos e de que não emprega menor;

Anexo III–Declaração de cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei 10.520

Anexo IV–Modelo de Proposta Comercial;

Anexo V- Declaração de Condição de ME ou EPP

Anexo VI- Modelo de Credenciamento

Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo VIII – Minuta Do Contrato

Muzambinho/MG, 10 de Março de 2014.

Ivan Antônio de Freitas
Prefeito

Sueli Antônia de Matos
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº0134/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

I – OBJETO

Constitui objeto do presente Pregão Presencial o registro de preço para a futura e eventual contratação de empresa para a fornecimento de EPIS destinados a suprir as necessidades das diversas Secretarias das Prefeitura, conforme quantidades, especificações e condições gerais do fornecimento contidas no Edital e seus anexos.

II – FUNDAMENTO LEGAL

2.1 A aquisição dos materiais, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal na Lei nº 10.520, de 19 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

III – JUSTIFICATIVA

3.1 Diante da demanda operacional das Secretarias e Departamentos Municipais faz se necessária a aquisição dos respectivos materiais, com base em estimativa feita pelos Setores solicitantes.

IV – DEMONSTRATIVO DE SITUAÇÃO DA DEMANDA

ITEM	QUANT.	UN.	DESCRIÇÃO	CÓDIGO
1	50	Un.	Abafador de ouvido	15684
2	20	Un.	Avental em vinil transparente. Medindo 120 x 70 cm. Com amarras nas costas e no pescoço.	6055
3	30	Un.	Botinas de segurança com elástico coberto. Cabedal confeccionado em couro curtido ao cromo. Com forração em sintético. Palmilha com montagem sintética. Com bico de ferro.	15695
4	120	Par	Botinas de segurança com elástico coberto. Cabedal confeccionado em couro curtido ao cromo. Com forração em sintético. Palmilha com montagem sintética. Sem bico de ferro.	7668
5	100	Un.	Capa de chuva. Confeccionada em tecido PVC forrado. Com capuz. Fechamento frontal por botões de pressão, costuras através de solda eletrônica. Medindo 1,3 metros. Na cor amarela.	2489
6	100	Un.	Capacete de segurança classe A. Para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio. Com calha lateral que protege o corpo. Capacete na cor amarela.	5045
7	5	Un.	Cavalete em material plástico. Articulável e empilhável. Com secções nas laterais para encaixe de elementos de isolamento de área.	5523



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

			Largura de no máximo 1,5 metros. Com os seguintes dizeres: " Proibido Estacionar " - Incluindo o símbolo equivalente.	
8	20	Un.	Cinto de segurança tipo paraquedista. Em cadarço de material sintético (poliéster). Com 03 fivelas de ajuste, 03 meia argolas "D", 01 ancoragem para trava queda e proteção lombar.	7394
9	5	Un.	Colete com faixas reflexivas. Colete blusão. Com 01 bolso. Confeccionado em poliéster laranja fluorescente. Com faixas reflexivas duplas. Fechamento frontal em zíper.	15692
10	20	Un.	Cone sinalizador reflexivo. Com 72 cm. Na cor laranja. Seguindo rigorosamente as normas e especificações técnicas brasileiras. NBR 15071.	10258
11	20	Un.	EPI completo. Conjunto para aplicação de defensivos agrícolas. Confeccionado em tecido 100% algodão. Ativado por banho químico para proteção de hidropelência.	9640
12	100	Par	Luva de raspa mista. Luva de segurança confeccionada em vaqueta na palma e face palmar dos dedos. Dorso e face dorsal dos dedos em raspa. Reforço interno na palma.	15682
13	50	Par	Luva interior em algodão - Luva látex preta neoprene. Interior em algodão flocado, punhos longos, palma antiderrapante em alto relevo. Com silicone. Medindo 41 cm de comprimento e 0,75 mm de espessura.	15681
14	100	Par	Luva látex natural. Com forro flocado em algodão. Palma antiderrapante. Com virola. Comprimento total de 29 cm. Luva com boa flexibilidade e resistência a abrasão.	15679
15	20	Par	Luva látex neoprene. Confeccionada com combinação especial de borracha látex e neoprene.	15678
16	100	Par	Luva látex nitrílico. Altamente resistente a produtos químicos. Com palma antiderrapante.	15676
17	20	Par	Luva látex nitrílico revestida. Na cor preta. Resistente a corte. Totalmente revestida com borracha nitrílica. Com excelente desempenho mecânico.	15677
18	150	Par	Luva látex palma corrugada. Luva de látex natural. Com suporte têxtil. Com palma corrugada e antiderrapante. Revestida em látex. Com dorso ventilado.	15680
19	10	Par	Luva de raspa soldador. Inteiramente confeccionada em raspa bovina. Com reforço palmar. Acabamento em vies. Tirante de	15683



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

			ajuste.	
20	100	Par	Luva revestida em PVC. Confeccionada em suporte têxtil 100% algodão. Com revestimento em PVC. Com excelente resistência a derivados de petróleo e ácidos, entre outros. Luva de PVC Linea Aspera.	15675
21	50	Un.	Macacão para saneamento. Forrado. Confeccionado em tecido sintético, plastificado com PVC em ambas as faces e botas.	15685
22	2	Un.	Máscara para soldador. Com visor articulado. Carcaça em celeron. Carneira sem catraca. Usada com lentes retangulares 51 mm x 108 mm.	15690
23	50	Un.	Óculos de proteção transparente. Em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos.	4113
24	10	Un.	Perneira de segurança confeccionada em material sintético, proteção frontal em almas de PVC rígido. Sem componentes metálicos e sem furos laterais.	4763
25	6	Un.	Proteção motociclistas. Conjunto motociclista, confeccionado em tecido leve. Material impermeável, resistente, de boa qualidade.	15686
26	2	Un.	Respirador facial total. Com proteção total para o rosto contra fumaça, partículas radioativas, neblinas e gases tóxicos. Com lente ampla visão de alto impacto.	15689
27	100	Un.	Respirador sem válvula - Dobrável. Com dois painéis. Sem válvula de exalação. PFF-1	15688
28	100	Un.	Respirador sem válvula - sem manutenção. PFF-1. Proteção contra poeiras e névoas.	15687
29	150	Par	Sapatão 100% couro. Em solado de pneu com bico quadrado. Palmilha de couro.	5844



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

V - TERMOS DE ECONOMICIDADE

5.1 A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à aquisição dos materiais em questão, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório cujo fator preponderante certamente será o “Menor Preço”. Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao preço ofertado pela(s) empresa(s), cuja escolha recairá naquela que cotar o menor preço.

VI - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

6.1 Os materiais deverão ser entregues em até 02 (dois) dias a partir da data de emissão da Ordem de fornecimento.

6.2 Os materiais deverão ser entregues nos locais de acordo com os endereços constantes na Ordem de fornecimento. As entregas serão efetuadas no horário de 08h às 16h, de segunda à sexta-feira.

VII - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 Fornecer “materiais novos, de “PRIMEIRA QUALIDADE”, devidamente embalados e lacrados, atendendo as especificações e quantidades estimadas. Os materiais deverão ser entregues em embalagens apropriadas contendo externamente a data, o nome dos materiais, quantidades e outras informações, de acordo com a legislação pertinente, de forma a proteger e a identificar o conteúdo.

7.2 A licitante vencedora deverá assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do presente edital e seus anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos materiais entregues.

7.3 A vencedora deverá efetuar a troca do material entregue, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente.

7.4 Os materiais deverão ser entregues acompanhados da nota/fatura fiscal, dela constando os valores unitários e totais, descrição do material, número da nota de empenho e ordem de fornecimento e a quantidade dos respectivos itens.

7.5 A FORNECEDORA deverá assumir a inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, sem ônus para a administração.

7.7 As quantidades informadas na planilha deste instrumento convocatório são estimadas, portanto o Município poderá alterá-las, de acordo com as suas necessidades.

e/ou conveniência, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem que isso implique alteração dos preços unitários ofertados.

7.8 A Administração reserva-se no direito de não solicitar toda a quantidade dos materiais licitados neste instrumento, visto ser esta uma quantidade estimada.

VIII - DO RECEBIMENTO

8.1 O recebimento do objeto licitado será feito, provisoriamente, em até 02 (dois) dias úteis contados da data da entrega dos materiais, para efeito de verificação posterior da conformidade com o edital e a especificação e, definitivamente, obedecendo ao disposto no artigo 73, inciso II –b; da Lei nº 8.666, de 1993, ou seja, mediante termo de aceitação ou atestado aposto na nota fiscal/fatura pelo responsável do órgão solicitante que tenha realizado minuciosa conferência do objeto em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório.

8.2 Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.078/90, a apresentação dos materiais deverão assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

8.3 Na hipótese de rejeição, por entrega de materiais em desacordo com as especificações, a contratada deverá repor o material devolvido em até 72 (setenta e duas) horas da notificação/laudo de reprovação do material emitido pelo responsável do órgão solicitante.

8.3.1 A não reposição no prazo estabelecido no subitem anterior constitui motivo para incorrer nas penalidades previstas.

8.3.2 Caberá ao contratado arcar com as despesas de embalagem e frete do material a ser substituído.

8.4 A substituição do material ou sua complementação não exime a contratada de ser penalizada por descumprimento das obrigações previstas no edital.

8.5 Os materiais deverão ser entregues contendo etiquetas mencionando o nome da empresa fornecedora, validade do produto, telefone/fax, número da nota fiscal, número do processo e número da ordem de fornecimento.

8.6 A Nota Fiscal apresentada pela empresa no momento da entrega do material deverá vir acompanhada da DECLARAÇÃO DE SIMPLES (se for o caso) e da cópia da Ordem de Fornecimento e da cópia da Nota de Empenho referentes ao fornecimento executado, ou deverá mencionar o número do processo.

8.7 Para efeito de verificação da necessária compatibilidade entre as especificações exigidas neste termo e os materiais ofertados pelos licitantes que apresentarem a melhor proposta, o responsável pelo órgão solicitante, se julgar conveniente, poderá solicitar amostras ou análise para Controle de Qualidade dos mesmos e, neste caso, as despesas correrão por conta da contratada.

IX - DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e inspeção do objeto licitado pelo setor responsável da Prefeitura, condicionado à apresentação da Nota Fiscal/Fatura, dos documentos fiscais devidos, observado o disposto no art. 5º e no inciso II do § 4º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, considerando todas as retenções previstas em lei.

X - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 O Fornecimento do objeto licitado será acompanhado e fiscalizado pelo responsável do órgão solicitante.

XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Fiscalizar o fornecimento dos materiais objeto deste Certame.

11.2 Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a CONTRATADA.

11.3 Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

11.4 Aplicar à CONTRATADA, penalidades, quando for o caso.

11.5 Rejeitar, no todo ou em parte, o material que a CONTRATADA entregar fora das especificações do Edital e seus anexos.

11.6 Preparar o local para recebimento dos materiais.

XII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Proceder à entrega dos materiais, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem, a marca, destino, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

12.2 Entregar os materiais adquiridos sempre com data de validade dos mesmos, quando for o caso.

12.3 Responder por todos os ônus referentes à entrega dos materiais ora contratados.

12.4 Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus materiais no transporte e substituí-los.

12.5 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-e, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento das obrigações assumidas.

12.6 Fornecer os materiais nas quantidades autorizadas e nas especificações contidas neste Termo.

12.7 Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o material e/ou material vendido.

12.8 Manter, durante o fornecimento do objeto licitado, as mesmas condições de habilitação.

12.9 Comunicar à Prefeitura, por escrito, no prazo de até 10(dez) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo do fornecimento, bem como apresentar documentos comprobatórios.

12.10 Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do responsável pelo órgão solicitante, encarregado de acompanhar o fornecimento dos materiais, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa com a presente licitação correrá a conta da Dotação Orçamentária consignada na proposta orçamentária do exercício de 2013, as quais serão substituídas pelas suas subseqüentes no exercício de 2014:

**02.01.04.122.0401.2004.3390-30; 02.09.01.12.361.1202.2106.3390-30;
02.01.04.122.0401.2.002.3390-30;02.01.04.122.0402.2.006.3390-30;
02.01.04.122.0403..2.007.3390-30;02.05.04.122.0401.2.027.3390-
30;02.05.044.521.504.2.160.3390-30;02.06.04.12.30410.2.040.3390-
30;02.07.08.122.0801.2.045.3390-30;02.07.02.08.243.0807.2.070.3390-
30;02.08.10.301.1003.2.083.3390-30;02.08.10.302.1004.2.085.3390-
3002.08.10.305.1004.2.097.3390-30;02.09.01.12.361.1204.2.114.3390-
30;02.09.01.12.361.1204.2.117.3390-30;02.09.01.12.361.1204.2.219.3390-
30;02.09.01.12.361.1204.2.222.3390-30;02.11.04.122.0401.2.153.3390-
30;02.11.15.453.1501.2.204.3390-30;02.12.20.122.0401.2.172.3390-
30;02.12.01.26.782.2602.2.170.3390-30;**

Muzambinho MG, 10 de Março de 2014.

Ivan Antônio de Freitas
Prefeito

Sueli Antônia de Matos
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0134/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014

ANEXO II

DECLARAÇÕES DE NÃO-EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA DE MENOR E DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

_____, CNPJ
Nº _____, sediada à
_____, por intermédio de seu representante legal,
o(a) Sr.(a) _____ infra-assinado,
portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF/MF n.º
_____, para os fins de habilitação no Pregão Presencial nº 007/2014,

DECLARA expressamente que:

a) para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 e, ainda, no Decreto nº 4.358, de 5 de setembro de 2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

b) até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o § 20, artigo 32, da Lei nº 8.666, de 1993.

_____, _____ de _____ de 2014.

(representante legal)

OBS.: Estas declarações deverão ser inseridas no envelope “Documentos de Habilitação”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0134/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014

ANEXO III DECLARAÇÃO LEI 10.520 de 2002

_____ (Pregoante) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho 2002, publicada no DOU de 18 de julho 2002, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014.

_____, ____ de _____ de 2014.

(nome por extenso e assinatura do representante legal ou procurador constituído)
OBS.: Esta declaração deverá ser entregue juntamente com os envelopes 01 e 02 (fora dos envelopes).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº0134/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014

ANEXO IV

MODELO PLANILHA DE PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	QUANT.	UN.	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	MARCA	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
1	50	Un.	Abafador de ouvido	15684			
2	20	Un.	Avental em vinil transparente. Medindo 120 x 70 cm. Com amarras nas costas e no pescoço.	6055			
3	30	Un.	Botinas de segurança com elástico coberto. Cabedal confeccionado em couro curtido ao cromo. Com forração em sintético. Palmilha com montagem sintética. Com bico de ferro.	15695			
4	120	Par	Botinas de segurança com elástico coberto. Cabedal confeccionado em couro curtido ao cromo. Com forração em sintético. Palmilha com montagem sintética. Sem bico de ferro.	7668			
5	100	Un.	Capa de chuva. Confeccionada em tecido PVC forrado. Com capuz. Fechamento frontal por botões de pressão, costuras através de solda eletrônica. Medindo 1,3 metros. Na cor amarela.	2489			
6	100	Un.	Capacete de segurança classe A. Para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio. Com calha lateral que protege o corpo. Capacete na cor amarela.	5045			
7	5	Un.	Cavalete em material plástico. Articulável e empilhável. Com secções nas laterais para encaixe de elementos de isolamento de área. Largura de no máximo 1,5 metros. Com os seguintes dizeres: " Proibido Estacionar " - Incluindo o	5523			



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

			símbolo equivalente.				
8	20	Un.	Cinto de segurança tipo paraquedista. Em cadarço de material sintético (poliéster). Com 03 fivelas de ajuste, 03 meia argolas "D", 01 ancoragem para trava queda e proteção lombar.	7394			
9	5	Un.	Colete com faixas reflexivas. Colete blusão. Com 01 bolso. Confeccionado em poliéster laranja fluorescente. Com faixas reflexivas duplas. Fechamento frontal em zíper.	15692			
10	20	Un.	Cone sinalizador reflexivo. Com 72 cm. Na cor laranja. Seguindo rigorosamente as normas e especificações técnicas brasileiras. NBR 15071.	10258			
11	20	Un.	EPI completo. Conjunto para aplicação de defensivos agrícolas. Confeccionado em tecido 100% algodão. Ativado por banho químico para proteção de hidropelência.	9640			
12	100	Par	Luva de raspa mista. Luva de segurança confeccionada em vaqueta na palma e face palmar dos dedos. Dorso e face dorsal dos dedos em raspa. Reforço interno na palma.	15682			
13	50	Par	Luva interior em algodão - Luva látex preta neoprene. Interior em algodão flocado, punhos longos, palma antiderrapante em alto relevo. Com silicone. Medindo 41 cm de comprimento e 0,75 mm de espessura.	15681			
14	100	Par	Luva látex natural. Com forro flocado em algodão. Palma antiderrapante. Com virola. Comprimento total de 29 cm. Luva com boa flexibilidade e resistência a abrasão.	15679			
15	20	Par	Luva látex neoprene. Confeccionada com combinação especial de	15678			



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

			borracha látex e neoprene.				
16	100	Par	Luva látex nitrílico. Altamente resistente a produtos químicos. Com palma antiderrapante.	15676			
17	20	Par	Luva látex nitrílico revestida. Na cor preta. Resistente a corte. Totalmente revestida com borracha nitrílica. Com excelente desempenho mecânico.	15677			
18	150	Par	Luva látex palma corrugada. Luva de látex natural. Com suporte têxtil. Com palma corrugada e antiderrapante. Revestida em látex. Com dorso ventilado.	15680			
19	10	Par	Luva de raspa soldador. Inteiramente confeccionada em raspa bovina. Com reforço palmar. Acabamento em vies. Tirante de ajuste.	15683			
20	100	Par	Luva revestida em PVC. Confeccionada em suporte têxtil 100% algodão. Com revestimento em PVC. Com excelente resistência a derivados de petróleo e ácidos, entre outros. Luva de PVC Linea Aspera.	15675			
21	50	Un.	Macacão para saneamento. Forrado. Confeccionado em tecido sintético, plastificado com PVC em ambas as faces e botas.	15685			
22	2	Un.	Máscara para soldador. Com visor articulado. Carcaça em celeron. Carneira sem catraca. Usada com lentes retangulares 51 mm x 108 mm.	15690			
23	50	Un.	Óculos de proteção transparente. Em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos.	4113			
24	10	Un.	Perneira de segurança confeccionada em material sintético, proteção frontal em almas de PVC rígido. Sem componentes metálicos e sem	4763			



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

			furos laterais.				
25	6	Un.	Proteção motociclistas. Conjunto motociclista, confeccionado em tecido leve. Material impermeável, resistente, de boa qualidade.	15686			
26	2	Un.	Respirador facial total. Com proteção total para o rosto contra fumaça, partículas radioativas, neblinas e gases tóxicos. Com lente ampla visão de alto impacto.	15689			
27	100	Un.	Respirador sem válvula - Dobrável. Com dois painéis. Sem válvula de exalação. PFF-1	15688			
28	100	Un.	Respirador sem válvula - sem manutenção. PFF-1. Proteção contra poeiras e névoas.	15687			
29	150	Par	Sapatão 100% couro. Em solado de pneu com bico quadrado. Palmilha de couro.	5844			

Data:

Validade da proposta: 60 dias

DADOS DA EMPRESA PROPONENTE:

Razão Social:

Endereço:

Telefone/contato:

Validade da proposta:

Nome do responsável:

Assinatura:

Conta Corrente:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0134/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014

ANEXO V DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por intermédio de seu representante legal SR.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº. _____, inscrito no CPF sob o nº. _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Microempresa(ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º. deste artigo, estando APTA a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada Lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documentos de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43 parágrafo 1º. Da Lei Complementar nº 123/2006, para regularização, estando CIENTE que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº.8.666/93.

(Observação: assinalar a ressalva acima em caso afirmativo)

_____, _____, _____ 2014.

Assinatura do representante legal

(Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel timbrado que a identifique)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00917/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014

ANEXO VI
MODELO DE CREDENCIAMENTO
PROCURAÇÃO

A empresa, com sede na, n.º, bairro, em, estado de, inscrita no CNPJ sob o n.º, neste ato representada pelo (s) (*sócio (s) ou diretor (es) com qualificação completa – nome, C.I., CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço*), nomeia e constitui seu Procurador o Senhor (*nome, C.I., CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço*), a quem confere amplos e gerais poderes para, junto ao MUNICÍPIO DE MUZAMBINHO, estado de Minas Gerais, praticar os atos necessários com vista à participação do Outorgante na licitação, modalidade Pregão Presencial acima referenciado, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo, ainda, substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

_____, de _____ de 2014.

(assinatura do Representante legal)
(RECONHECER FIRMA)

OBS: UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014 PROCESSO Nº 0134/2014 REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2014

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço nº.

Processo Administrativo n.º 00134/2014

Pregão Presencial nº 007/2014

Validade da Ata: até/...../.....

Aos dias do mês de de 2013, o MUNICÍPIO DE Muzambinho – MG , inscrito no CNPJ n.º 18.668.624./0001-47, com sede a Praça Pedro de Alcântara Magalhães, 253 , Centro, nesta cidade, nos termos do estabelecido pela Lei nº 10.520/02, Decretos 1.064/02 e 1.333/06; Lei Complementar nº 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Prefeito....., Gestão Administrativa 2013/2016, a seguir denominado MUNICÍPIO, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDORES, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

Fornecedor:....., com sede na, em, inscrita no CNPJ/CPF-MF sob o nº, neste ato representada por seu, Sr(a)....., residente em, portador da Carteira de Identidade n.º, CPF n.º

...Fornecedor:....., com sede, na, em, inscrita no CNPJ/CPF-MF sob o nº, neste ato representada por seu, Sr(a)....., residente em, portador da Carteira de Identidade n.º, CPF n.º

1.DO OBJETO.

Constitui objeto do presente Pregão Presencial o registro de preço para a futura e eventual contratação de empresa para a fornecimento de EPIS destinados a suprir as



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

necessidades das diversas Secretarias das Prefeitura, conforme quantidades, especificações e condições gerais do fornecimento contidas no Edital e seus anexos

1.1. Este instrumento não obriga o Município a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação especificada para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

2. DOS PREÇOS

Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram se relacionados no Anexo I desta Ata.

3. DA VIGÊNCIA

A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4. DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitação, Compras e material, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários à execução deste contrato correrão à conta da dotação: **02.01.04.122.0401.2004.3390-30; 02.09.01.12.361.1202.2106.3390-30; 02.01.04.122.0401.2.002.3390-30;02.01.04.122.0402.2.006.3390-30; 02.01.04.122.0403..2.007.3390-30;02.05.04.122.0401.2.027.3390-30;02.05.044.521.504.2.160.3390-30;02.06.04.12.30410.2.040.3390-30;02.07.08.122.0801.2.045.3390-30;02.07.02.08.243.0807.2.070.3390-30;02.08.10.301.1003.2.083.3390-30;02.08.10.302.1004.2.085.3390-3002.08.10.305.1004.2.097.3390-30;02.09.01.12.361.1204.2.114.3390-30;02.09.01.12.361.1204.2.117.3390-30;02.09.01.12.361.1204.2.219.3390-30;02.09.01.12.361.1204.2.222.3390-30;02.11.04.122.0401.2.153.3390-30;02.11.15.453.1501.2.204.3390-30;02.12.20.122.0401.2.172.3390-30;02.12.01.26.782.2602.2.170.3390-30;**

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O MUNICÍPIO fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato e posteriormente a Autorização de fornecimento

6.1. Se o fornecedor recusar se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

7 DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento será de até 10(dez) dias corridos

7.1.O local e horário para entrega constará na Autorização de Fornecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

8 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético profissional, pela sua perfeita execução.

8.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas.

8.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

8.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores responsável pelo recebimento;

8.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 02(dois) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

8.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

9 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constituem obrigações:

9.1. DO MUNICÍPIO

9.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

9.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

9.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

9.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços e registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

9.2. DO FORNECEDOR:

9.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de fornecimento, responsabilizando se pela instalação dos mesmos, bem como por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

9.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

9.2.3. Substituir, no prazo de 02(dois) dias úteis e sem ônus para o MUNICÍPIO os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

9.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de fornecimento.

9.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

9.2.6. Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do MUNICÍPIO

9.2.7. Comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

9.2.8. Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

9.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

10 DO PAGAMENTO.

O MUNICÍPIO

pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de fornecimento e da Nota de Empenho.

10.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

10.2. Para cada Autorização de fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente

10.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal no ato da entrega, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

10.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor em até 30 dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

10.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o MUNICÍPIO comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

10.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

10.6. O MUNICÍPIO se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

10.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

11 DAS ALTERAÇÕES

O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

11.1 O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado
- b) nota fiscal que comprove o preço praticado à época da licitação
- c) planilha detalhada referente aos percentuais de variação.

12 .DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

12.1. Pelo MUNICÍPIO

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de fornecimento no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo MUNICÍPIO

12.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

12.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

12.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial.

12.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

12.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o MUNICÍPIO adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

13.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de fornecimento, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas decorreção;
- b) multa moratória (art. 86, da Lei 8.666/93), observados os seguintes limites:
 - b.1) 2% (dois por cento) ao dia, até o terceiro dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) 5% (cinco por cento) ao dia, do quarto ao décimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.3) 10% (dez por cento) ao dia, do décimo primeiro ao décimo quinto dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
- c) multa punitiva (inciso II, do art. 87, da Lei nº. 8.666/93) de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, caso o atraso seja superior a 10 (dez) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- d) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos casos de:
 - d.1) Apresentar documentação falsa;
 - d.2) Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
 - d.3) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não assinar a Ata de Registro de Preços;
 - d.4) Recusar o recebimento da Autorização de fornecimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

d.5) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, descumprimento dos prazos de entrega ou entrega de produto cuja marca não constante da proposta comercial;

d.6) Não mantiver a proposta;

d.7) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

13.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar a Autorização de fornecimento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

13.2. As penas de multa poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

13.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

14 .DA TROCA DE MARCA

O procedimento para troca da marca inicialmente registrada dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

14.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos: comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços; apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

14.2. A equipe do MUNICÍPIO terá o prazo de (10) dez dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de fornecimento decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste MUNICÍPIO.

16 DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Muzambinho para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Muzambinho, de de 2014

Ivan Antônio de Freitas
Prefeito

Fornecedores:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00134/2014 REGISTRO DE PREÇOS Nº001/2014

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO DE EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

Pelo presente instrumento do Contrato de materiais escolares, de um lado o CONTRATANTE, Município de Muzambinho, MG, devidamente inscrito no CNPJ _____, com sede administrativa na Praça Pedro de Alcântara Magalhães, 253, centro, em Muzambinho, Estado de Minas Gerais neste ato representado por seu Prefeito Municipal _____, brasileiro, _____ RG _____ e CPF _____, e de outro lado a CONTRATADA....., CNPJ -, estabelecida na cidade, onde se localiza na Rua, neste ato representado porRG - e CPF -, tem entre si justo e contratado, de acordo com o artigo 54 e seguinte da Lei Nº 8.666/93 , Lei Federal Nº 10.520/02 e pelos Decretos Municipais Nº 1.483/05 e Nº 1.389/2002 ,o que acordam mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O CONTRATANTE ajusta com a CONTRATADA o objeto do presente Pregão Presencial o registro de preço para a futura e eventual contratação de empresa para a fornecimento de EPIS destinados a suprir as necessidades das diversas Secretarias das Prefeitura, conforme quantidades, especificações e condições gerais do fornecimento contidas no Edital e seus anexos

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

A entrega dos produtos deverá ser feita em 48 horas, sem ônus adicionais, a partir da data em que for feita a solicitação escrita, pela área requisitante, na quantidade e local indicado na ordem de fornecimento emitida pelo departamento de compras.

Parágrafo Único: As despesas decorrentes da entrega dos produtos correrão por conta e responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA. DO VALOR

O valor global do presente contrato fica estimado em R\$...... (.....), que será pago a(s) despesa(s) decorrente do fornecimento, objeto desta licitação e registrado em ata.

CLÁUSULA QUINTA. DAS SANÇÕES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa a CONTRATADA ficará sujeita as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I- Advertência

II- Multa;

III- Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a CONTRATANTE por prazo de 2(dois) anos;

IV- declaração de inidoneidade .

§1º - A advertência será aplicada em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos de monta ao interesse de serviço contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

§2º - Pelo atraso na entrega dos produtos por culpa imputa a CONTRATADA, e pela sua execução de forma incorreta, poderá ser aplicada a ser determinada do seguinte modo sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

I- Multa diária de 0,3% (três por cento), do valor inicial contratado, acrescido dos reajustamentos quando for o caso, pela não entrega do produto no prazo de três dias, contados da data do pedido da contratante.

§ 3º - Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.

§ 4º - A cobrança da multa será efetivada por desconto ao pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da CONTRATADA.

§ 5º - No caso da cobrança da multa diretamente da CONTRATADA, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de três dias úteis, a contar da correspondente notificação.

§ 6º - A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 02 (dois) anos poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à CONTRATANTE:

- a) reincidência em descumprimento de prazo contratual;
- b) descumprimento ou parcial cumprimento de obrigações contratuais;
- c) rescisão do contrato.

§ 7º - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à CONTRATADA que descumprir ou cumprir parcialmente as obrigações contratuais, desde que desses fatos não resultem prejuízos à CONTRATANTE.

§ 8º - As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com a CONTRATANTE e, de declaração inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à CONTRATADA que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixou de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.

§ 9º - As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária, ou de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa § 10º - As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com a CONTRATANTE e a de declaração de inidoneidade, serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA interessada e serão comunicadas a todas unidades da CONTRATANTE no país.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O descumprimento total ou parcial de quaisquer das cláusulas contratuais, acarretará a rescisão imediata do contrato, ficando a parte inadimplente sujeita ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato além de responder na forma estipulada no Código Civil Brasileiro, pelos danos que causar a outra parte, obrigando-se a ressarcir-la dos mesmos, bem como, as previstas nos artigos 86,87 e 88 da Lei 8.666/93, atualizada.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei.

§ 1º - Constituem motivos de rescisão de contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- I – o descumprimento total ou parcial, pela CONTRATADA, de quaisquer das obrigações/responsabilidades contratuais;
- II – a transferência total ou parcial do contrato, sem prévio consentimento da CONTRATANTE;
- III – o cometimento reiterado de faltas ou defeitos no produto;
- IV – a decretação de falência ou insolvência civil da CONTRATADA;
- V – a dissolução da sociedade;
- VI – a alteração societária, do objeto social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresas que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- VII – o atraso injustificado na entrega do produto;
- VIII – a ocorrência de caso de fortuito ou força maior, regularmente comprovada/impeditiva da execução do contrato;

§ 2º - Verificada a rescisão do contratual cessarão automaticamente todas as atividades da CONTRATADA, relativas aos serviços prestados. E a CONTRATANTE os executará por si



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

mesma ou por terceiros independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

§ 3º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente nos autos do processo instaurados o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA interessada e serão comunicadas a todas as unidades da CONTRATANTE no país.

CLÁUSULA SETÍMA – DA RECISÃO

Das decisões relativas à rescisão contratual e aplicação das sanções previstas neste instrumento cabem os recursos constantes no artigo 109 da Lei 8.669/93, sendo processados de acordo com as disposições dos parágrafos do mesmo artigo.

CLÁUSULA OITAVA – DO VÍNCULO

Este Contrato está vinculado ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014 – PROCESSO Nº 134/2014 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014, inclusive seus anexos, bem como os documentos da habilitação e a proposta original do contratado ficam fazendo parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA NONA - ENTREGA

Em sendo constatado uma má qualidade nos produtos entregues pela contratada, a mesma se obrigará no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do seu conhecimento, efetuar a troca dos mesmos, sob pena de rescisão imediata do presente contrato, sem prejuízo do disposto na Cláusula Quinta.

CLAUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Este contrato de vigência até 31/12/2014.

CLASULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

A contratante fica obrigada a efetuar o pagamento em até 30 dias após a emissão fatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Caso exista a necessidade de readequação do preço, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, o pedido de reajuste não poderá ser superior aquele determinado pelo governo e ainda deverá ficar mantido a diferença de porcentagem em relação a licitante vencedora e a Segunda colocada, tendo por base os preços ofertados na abertura na proposta

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTANRIA

As despesas decorrentes desse contrato correrão por conta das dotações orçamentárias

2014: **02.01.04.122.0401.2004.3390-30; 02.09.01.12.361.1202.2106.3390-30; 02.01.04.122.0401.2.002.3390-30;02.01.04.122.0402.2.006.3390-30; 02.01.04.122.0403..2.007.3390-30;02.05.04.122.0401.2.027.3390-30;02.05.044.521.504.2.160.3390-30;02.06.04.12.30410.2.040.3390-30;02.07.08.122.0801.2.045.3390-30;02.07.02.08.243.0807.2.070.3390-30;02.08.10.301.1003.2.083.3390-30;02.08.10.302.1004.2.085.3390-3002.08.10.305.1004.2.097.3390-30;02.09.01.12.361.1204.2.114.3390-30;02.09.01.12.361.1204.2.117.3390-30;02.09.01.12.361.1204.2.219.3390-30;02.09.01.12.361.1204.2.222.3390-30;02.11.04.122.0401.2.153.3390-30;02.11.15.453.1501.2.204.3390-30;02.12.20.122.0401.2.172.3390-30;02.12.01.26.782.2602.2.170.3390-30;**

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações:

9.1. DO MUNICÍPIO

9.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

9.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

9.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

9.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços e registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

9.2. DO FORNECEDOR:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

9.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de fornecimento, responsabilizando-se pela instalação dos mesmos, bem como por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

9.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

9.2.3. Substituir, no prazo de 02(dois) dias úteis e sem ônus para o MUNICÍPIO os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

9.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de fornecimento.

9.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

9.2.6. Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do MUNICÍPIO

9.2.7. Comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

9.2.8. Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

9.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

9.2.11 - Todas as despesas que se fizerem necessárias para a realização do fornecimento ora contratado, correrão por conta e risco da CONTRATADA, inclusive os encargos sociais e fiscais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro da Comarca de Muzambinho, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justo e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Muzambinho, MGde.....de 2014

Contratada Contratante

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Nome: _____

RG. _____ RG. _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

Muzambinho(MG), 10 de Março de 2014

Senhor Prefeito Municipal,

O Parágrafo Único do Artigo 38 da Lei 8666/93 e alterações posteriores estabelecem que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, deverão ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica da Administração, portanto, solicito a V.Sa. que submeta o presente processo, à apreciação da Dra. Paula Del Gáudio Bócoli, Procuradora Geral do Município, para emissão de Parecer.

Atenciosamente,

Sueli Antônia Matos
Pregoeira